

CORREIO NACIONAL



Brasil quer instalar modelo em 2027

Padilha visita modelo de hospital inteligente na China

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, visitou o hospital inteligente universitário Tiantan, localizado em Beijing, na China, onde está em visita oficial. O hospital inteligente caracteriza-se por acompanhar e oferecer assistência ao paciente após internação ou consulta, com uso de tecnologias avançadas.

“O paciente volta para casa, o hospital registra todas as suas informações, os médicos debatem os casos e ele espera a consulta. Isso reduz gas-

tos e melhora a qualidade do atendimento”, disse o ministro.

No Brasil, o Instituto Tecnológico de Medicina Inteligente tem um projeto de instalar uma unidade em São Paulo, com previsão de funcionar a partir do final de 2027. A expectativa é o primeiro hospital público inteligente do Brasil oferecer 800 leitos para casos de emergência de adultos e crianças nas áreas de neurologia, neurocirurgia, cardiologia, terapia intensiva e outras urgências.

Prova Nacional Docente

A primeira edição da Prova Nacional Docente (PND) superou a casa de um milhão de inscritos. O exame, que vai ocorrer no próximo dia 26, tem o objetivo de auxiliar estados e municípios a selecionarem professores para as suas redes de ensino.

Segundo o Ministério da Educação ao

todo foram confirmadas 1.086.914 inscrições, sendo a maioria (51,58%) na da área de pedagogia, com 560.576 inscritos.

Em segundo lugar entre os inscritos, estão os candidatos para área de letras – português, com 73.187 inscrições, seguida por matemática (72.530) e educação física (65.911).

Fomepizol em tratamento

O Ministério da Saúde publicou a Nota Técnica nº 127/2025 com orientações atualizadas sobre o uso do Fomepizol 1 g/mL no tratamento de casos suspeitos ou confirmados de intoxicação por metanol no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Destinada a gestores e profissionais da rede de urgência e

emergência, a publicação reúne recomendações clínicas, indicações terapêuticas e diretrizes para garantir o acesso oportuno ao antídoto em serviços estratégicos do sistema. A intoxicação por metanol é uma emergência médica grave, frequentemente associada ao consumo de bebidas adulteradas,

Aplicativo fitness para PCDs

Para promover a inclusão e autonomia de pessoas com deficiência por meio de exercícios físicos, foi lançado no Brasil o aplicativo Accessercise. Primeiro aplicativo fitness do mundo voltado para pessoas com deficiência, o Accessercise chega ao Brasil graças a investimento do Ministério do

Esporte no valor de R\$ 489 mil.

A iniciativa resulta de parceria com a Associação Nacional de Desporto para pessoas com Deficiência (ANDE) via captação de recursos pela Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), tendo como gestora a Universidade Federal de São Paulo (FAP/Unifesp).

Combate ao assédio no transporte

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), por meio da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), tem conduzido uma série de iniciativas que consolidam uma nova fase para uma aviação civil brasileira mais inclusiva, acessível e socialmente responsável. Parte das ações, reali-

zadas em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), universidades, concessionárias de aeroportos e companhias aéreas, integram o programa Asas para Todos, uma estratégia de governo que une diversidade, capacitação e sustentabilidade no setor aéreo.

Denúncias relacionadas à COP 30

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por intermédio da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), implementou, na última segunda-feira (6), um novo canal exclusivo dentro do Disque 100 para o registro de denúncias relacionadas à 30ª

Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém (PA) entre os dias 10 e 21 de novembro.

O canal para de notícias já está ativo e fica disponível para a população por tempo indeterminado após o final do evento.

299 ações lançadas em COPs foram descontinuadas

Agenda de Ação mapeou projetos ativos e cobrou balanço

Em uma iniciativa inédita, a presidência brasileira da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) mapeou um total de 722 iniciativas aprovadas nas edições anteriores, desde a COP21, em Paris, há 10 anos, e descobriu que 299 delas foram extintas ou descontinuadas. Outros 423 projetos continuam ativos e responderam ao chamado do Brasil de contribuir com a formatação da nova Agenda de Ação e mobilizar ações climáticas voluntárias da sociedade civil, empresas, investidores e entes subnacionais, como estados e cidades.



Agenda de Ação da COP30 mapeou projetos ativos e cobrou balanço

“A gente sempre soube que muitas dessas iniciativas não estavam mais ativas, mas acho que a gente está agora tentando tangibilizar isso, trazer transparência”, revela Bruna Cerqueira, coordenadora-geral da Agenda de Ação da Presidência da COP30.

O balanço foi apresentado à imprensa nesta terça-feira (14), em Brasília, em meio às reuniões da Pré-COP, evento preparatório para a conferência que ocorrerá daqui a menos de um mês, em Belém. A Pré-COP não prevê acordos formais ou anúncios de novas metas, mas facilita a construção de entendimentos prévios para as duras negociações que seguirão na inédita COP da Amazônia.

Para dar sequência aos três principais objetivos da COP30, que incluem, por exemplo, o de acelerar a implementação das ações climáticas e do Acordo de Paris (limitar o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais), o governo brasileiro formou grupos de trabalho com representantes de projetos anteriores, dessa vez em torno de cada um dos 30 objetivos chave que fazem parte da Agenda de Ação, lançada em junho.

Normalmente, as agendas de ação nas COPs não têm rela-

ção direta com os termos diretamente negociados entre os países, mas a presidência brasileira mudou a estratégia e criou uma estrutura que traduz em eixos e objetivos justamente as metas previstas no Balanço Global, o Global Stoktake (GST).

O Balanço Global é uma ferramenta prevista pelo Acordo de Paris que, em ciclos de cinco anos, avalia o progresso na implementação de seus objetivos e orienta um plano de ação mundial.

O reporte de resultados dessas iniciativas lançadas em COPs são normalmente regis-

trados na plataforma oficial de transparência da Conferência do Clima, que se chama Nazca, e foi criada ainda na COP20, no Peru, como estratégia de ação climática para envolver atores não governamentais nas discussões sobre as mudanças climáticas. Porém, poucos retornos vinham sendo feitos ao longo dos anos, até o impulso dado pela presidência brasileira este ano.

“O ciclo de reporte acabou de terminar e a gente conseguiu um aumento de quatro vezes no número de iniciativas que responderam para a plataforma”, explica Bruna Cerqueira.



Para ministro, queda de energia foi “pontual e momentânea”

Brasil não corre risco energético, diz ministro

O sistema elétrico brasileiro garante energia suficiente ao que é demandado no país, evitando risco dos chamados “apagões”. Eventos como o ocorrido nesta terça-feira (14) são, segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, “pontuais e momentâneos” e têm, como origem, problemas técnicos ligados à infraestrutura do sistema – e não à falta de capacidade de geração.

Após participar do programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Silveira disse ainda à Agência Brasil que o termo “apagão” sempre foi usado para referir-se tecnicamente a problemas de geração, como ocorreu em 2001, época em que o Brasil dependia bastante da energia gerada pelas hidrelétricas e passava por uma crise hídrica por escassez de chuvas que baixou perigosamente o nível de água das usinas.

Aliado a isso, o país também passava por aumento no consumo de energia. Assim, para evitar o colapso do sistema de geração, o governo

foi obrigado a adotar medidas de racionamento que duraram de junho de 2001 a março de 2002.

Na época, como o sistema ainda não estava interligado, era comum situações de regiões que geravam muita energia, mas, por falta de conexão entre as linhas do sistema, não tinham condições de disponibilizar essa energia para outras regiões, onde os reservatórios estavam vazios.

Com a expansão da rede e a interligação do sistema, isso mudou, e a energia gerada a partir das usinas hidrelétricas que, graças às chuvas, tinham seus reservatórios cheios, passou a ser disponibilizada ao restante do país – em especial às regiões onde a seca acabava por esvaziar os reservatórios de outras hidrelétricas.

Alexandre Silveira lembrou que, em 2021, o país passou por uma situação similar, mas, no caso, foi por “falta de planejamento”.

Naquele ano, com a baixa dos reservatórios do país como um todo, a geração de energia a partir da matriz hidrelétrica

foi sensivelmente prejudicada. Segundo o ministro, faltou, naquele ano, planejamento no sentido de garantir o atendimento à demanda a partir de usinas térmicas.

“Hoje, com o sistema interligado e [a ampliação e a contratação de] usinas térmicas, o Brasil não corre nenhum risco energético”, garantiu o ministro à Agência Brasil.

Nesse sentido, ele reiterou que o termo correto para a falta de energia ocorrida hoje em vários estados não é, do ponto de vista técnico, “apagão”, ainda que este termo seja utilizado de forma coloquial.

“Apagão é um termo que se popularizou até por motivações políticas”, afirmou o ministro.

“Tecnicamente, ele se refere à ‘falta de capacidade de geração’ [para a demanda do país]. O que aconteceu foi uma interrupção pontual e momentânea do fornecimento por problema de origem técnica no sistema”, acrescentou ao lembrar que o problema durou “apenas” cerca de 1h30min.

Brasil registra 34 casos de sarampo e acende alerta

O Ministério da Saúde publicou um alerta para que os estados e municípios reforcem a vigilância e ações para indivíduos que apresentem sinais e sintomas de sarampo. De acordo com a pasta, 34 casos foram confirmados este ano até a Semana Epidemiológica 38, que vai de 29 de setembro a 5 de outubro. A preocupação do ministério é evitar a reintrodução do vírus no país.

Dos casos confirmados, nove foram trazidos por pessoas que retornaram do exterior, 22 tiveram contato com indivíduos infectados lá fora e três são compatíveis geneticamente com vírus em circulação em outros países. Até o momento, os estados do Tocantins, Maranhão e de Mato Grosso estão qualificados como em surto de sarampo.

A diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações, Isabella Ballalai, aponta que a falta de cobertura vacinal da população tem possibilitado o retorno do sarampo ao país.

“Os casos importados aconteciam, tanto um estrangeiro vindo para cá, quanto um brasileiro que viajou e voltou com sarampo, porém, a situação era resolvida porque a nossa vigilância era boa. O sarampo antes entrava e encontrava todo mundo vacinado e não causava surto. Agora ele chega e encontra várias pessoas suscetíveis”, aponta a especialista.

No Tocantins, o surto teve início no município de Campos Lindos, na região nordeste do estado, em julho. O caso está associado ao retorno de quatro brasileiros que estiveram na Bolívia durante um mês. A comunidade que os infectados habitam possui um baixo nível de adesão à vacinação, o que permitiu uma rápida transmissão entre os moradores.